

PROCESSO Nº: 2.040-0/2014

PRINCIPAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DE GESTÃO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL: MANOEL JOÃO MARQUES RODRIGUES

DESPACHO: 077/2018

Após a aplicação de multa por meio do Acórdão nº 232/2015-SC, publicado no Diário Oficial de Contas do dia 14/01/2016, constatou-se Interposições de Recursos Embargos de declaração, os quais deu provimento parcial por meio do Acórdão nº 22/2016/PC; Recursos Ordinários, os quais foram dados provimento parcial por meio do Acórdão nº 357/2017-TP e Embargos de declaração, o qual negou provimento por meio do Acórdão nº 142/2018, o sancionado foi notificado mediante Ofício nº 214/2018/NCCS, contudo, o AR foi devolvido por motivo “recusado”, conforme informação da Gerência de Controle de Processos Diligenciados.

Sendo assim, **NOTIFICO**, via edital, o Sr. **MANOEL JOÃO MARQUES RODRIGUES**, com fundamento nas atribuições delegadas por meio da Portaria nº 030/2014, publicada no Diário Oficial de Contas do dia 20/03/2014, quanto ao recolhimento da **MULTA de 6 UPFs/MT.**

A multa deverá ser recolhida ao Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, vencível em **13/10/2018**. Será aplicado o fator de redução de 45% sobre o valor da UPF/MT vigente na data de sua quitação, conforme Resolução nº 07/2014. O respectivo boleto se encontra disponível no endereço eletrônico deste Tribunal de Contas - www.tce.mt.gov.br/fundecontas. O recolhimento da multa por boleto bancário desobriga o responsável de sua comprovação.

Caso o débito não seja quitado, os autos serão encaminhados ao órgão competente para a propositura de execução judicial, nos termos do art. 293, *caput*, da Resolução Normativa nº 14/2007 TCE/MT (com redação dada pela Resolução Normativa nº 20/2010).

Publique-se.

Cuiabá, 13 de agosto de 2018.

